

Não deixar ninguém para trás – diálogo entre a Nossa Agenda Comum e a Encíclica Fratelli Tutti na abordagem do jornalismo humanitário e de paz

Leaving no One Behind – dialogue between Our Common Agenda and the Encyclical Fratelli Tutti in the Approach of humanitarian and peace journalism

No Dejar a Nadie Atrás – Diálogo entre Nuestra Agenda Común y la Encíclica Fratelli Tutti en el Enfoque del Periodismo Humanitario y de Paz

Cilene Victor

Universidade Metodista de São Paulo
<cilene.victor@metodista.br>

Resumo

Em um mundo marcado por crises e emergências humanitárias decorrentes de guerras e conflitos armados, da degradação ambiental e das mudanças climáticas, torna-se imperativo observar as causas desses acontecimentos em sua raiz, seus impactos sobre os grupos em situação de maior vulnerabilidade e o princípio e compromisso de “Não deixar ninguém para trás”. Nesse contexto, o presente artigo tem o objetivo de investigar as contribuições do jornalismo humanitário e de paz no entendimento da paz como uma face indissociável da justiça. O referencial teórico contempla os campos do jornalismo humanitário e de paz, fundamentado em autores como Galtung, Shinar, Kempf, Youngblood, Scott, Bunce e Wright. Por meio da metodologia da análise documental da Nossa Agenda Comum, do Secretário-Geral da ONU, que baliza os esforços em torno da reforma da ONU, e da Encíclica *Fratelli Tutti*, do Papa Francisco, os principais achados da pesquisa apontam que

Abstract

In a world marked by crises and humanitarian emergencies resulting from wars and armed conflicts, environmental degradation, and climate change, it is imperative to examine the root causes of these occurrences, their impacts on groups in situations of greater vulnerability, and the principle and commitment to Leaving No One Behind. This article aims to explore the contributions of humanitarian and peace journalism in the context of understanding peace as an inseparable aspect of justice. The theoretical framework encompasses the fields of humanitarian and peace journalism, grounded on authors such as Galtung, Shinar, Kempf, Youngblood, Scott, Bunce, and Wright. Employing the method of document analysis of Our Common Agenda by the UN Secretary-General, which anchors the efforts around UN reform, and the Encyclical *Fratelli Tutti* by Pope Francisco, the main findings of this research suggest that the dialogue between these two

Resumen

En un mundo marcado por crisis y emergencias humanitarias derivadas de guerras y conflictos armados, degradación ambiental y cambios climáticos, se hace imperativo observar las causas fundamentales de estos eventos, sus impactos en grupos en situación de mayor vulnerabilidad, y el principio y compromiso de No Dejar a Nadie Atrás. Este artículo se propone investigar las contribuciones del periodismo humanitario y de paz en la comprensión de la paz como una faceta inseparable de la justicia. El marco teórico abarca los campos del periodismo humanitario y de paz, con fundamentos en autores como Galtung, Shinar, Kempf, Youngblood, Scott, Bunce y Wright. Mediante la metodología de análisis documental de “Nuestra Agenda Común” del Secretario General de la ONU, que guía los esfuerzos en torno a la reforma de la ONU, y la Encíclica *Fratelli Tutti* del Papa Francisco, los principales hallazgos del estudio indican que

o diálogo entre os dois documentos sinalizou caminhos para o jornalismo humanitário e de paz conseguir se anteciper às crises humanitárias.

Palavras-chave: Jornalismo Humanitário e de Paz. Crises humanitárias. Não deixar ninguém para trás. Nossa Agenda Comum. Encíclica *Fratelli Tutti*.

documents highlights pathways for humanitarian and peace journalism to preempt humanitarian crises.

Keywords: Humanitarian and Peace Journalism. Humanitarian Crises. Leaving No One Behind. Our Common Agenda. Encyclical *Fratelli Tutti*.

el diálogo entre ambos documentos señala caminos para que el periodismo humanitario y de paz pueda anticiparse a las crisis humanitarias.

Palabras clave: Periodismo Humanitario y de Paz. Crisis Humanitarias. No Dejar a Nadie Atrás. Nuestra Agenda Común. Encíclica *Fratelli Tutti*.

Introdução

A encíclica *Fratelli Tutti* do Papa Francisco exemplifica esse chamado de responsabilidade e engajamento. O documento ressalta valores cruciais para orientar o mundo em direção à paz sustentável e à reconciliação, enfatizando a imperiosidade de se instaurar uma justiça social inclusiva que permeie todas as camadas de interação humana.

Nos últimos anos, temos testemunhado uma escalada na frequência e complexidade de ameaças militares, como guerras, conflitos armados, terrorismo e violência generalizada. De forma paralela, ameaças de natureza não militar, como pandemias, degradação ambiental e mudanças climáticas, têm seguido uma trajetória similar. Esses desafios, especialmente quando ocorrem de forma interligada, têm sido potencializados pelas rachaduras na estrutura das entidades multilaterais, resultando em uma fragilização de seus mecanismos, convenções e acordos.

Essa combinação de fatores e eventos ameaçadores não apenas subverte os esforços para prevenção, administração e resolução das ameaças que pairam sobre a paz, a justiça e o destino da humanidade, como também destaca a necessidade imperativa de um multilateralismo que seja inclusivo, diversificado e eficaz.

A emergência dessa perspectiva, embora reconhecida anteriormente, em especial diante das iniciativas de reforma do Conselho de Segurança da ONU, ganhou relevância com a divulgação de “Nossa Agenda Comum” (Our Common Agenda, OCA), do secretário-geral da ONU, António Guterres, em 2021. Essa publicação fomentou e renovou o debate sobre o desenvolvimento de um multilateralismo adaptado às trans-

formações rápidas e intrincadas do cenário global.

No auge de crises multifacetadas e marcando o 75º aniversário da ONU, em 2020, Guterres destacou o momento como crucial para a trajetória da humanidade, em um nível de importância análogo ao do final da Segunda Guerra Mundial. De acordo com Guterres (2021), a Nossa Agenda Comum (OCA) é primariamente um plano de ação destinado a

acelerar a aplicação de compromissos essenciais, tais como a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Não compete apenas às Nações Unidas e aos demais organismos e instituições multilaterais o desafio de responder às crises e emergências humanitárias e de agir proativamente no reconhecimento e prevenção dessas situações – condição primária para a construção de uma cultura de paz. Entidades religiosas e de fé também devem considerar o seu papel na prevenção de conflitos e guerras, na contribuição para respostas humanitárias eficazes, na mobilização global para solidariedade e, de maneira singular, o seu princípio de “não deixar ninguém para trás”.

A encíclica *Fratelli Tutti* do Papa Francisco exemplifica esse chamado de responsabilidade e engajamento. O documento ressalta valores cruciais para orientar o mundo em direção à paz sustentável e à reconciliação, enfatizando a imperiosidade de se instaurar uma justiça social inclusiva que permeie todas as camadas de interação humana. *Fratelli Tutti* é enfática ao realçar a importância da inclusão dos grupos mais vulneráveis, assim como repudia de forma incisiva o recurso à guerra como meio de resolução de conflitos, apelando pelo destino da humanidade.

Amparado nos preceitos da análise documental que, para Cellard (2008), permite uma investigação das complexidades sociais e contextuais intrínsecas a um documento, com atenção às nuances e subtextos, este artigo percorre e observa na Nossa Agenda Comum e na *Fratelli Tutti* a relação indissociável entre paz e justiça. O objetivo do trabalho é investigar como a abordagem dos dois documentos pode configurar pistas para o jornalismo humanitário e de paz conseguir se anteciper à deflagração das crises e emergências humanitárias.

Neste artigo, a autora propõe uma combinação entre o jornalismo humanitário e o jornalismo de paz, por isso a conjugação será no singular para referir-se a “jornalismo humanitário e de paz”. Esse entendimento, como será discutido adiante, fundamenta-se na ideia de que a junção dessas duas práticas jornalísticas resulta na potencialidade e nas possibilidades de o jornalismo cobrir os fatos e acontecimentos que são as raízes, os embriões das emergências, das crises e das tragédias humanitárias.

Nossa Agenda Comum e a Encíclica *Fratelli Tutti* – diálogo e conexões

Na Nossa Agenda Comum (OCA), de 2021, o secretário-geral da ONU, António Guterres, fez um alerta que ajudou a impulsionar as ações em torno da reforma das Nações Unidas. Segundo ele, a humanidade estaria diante de duas opções, a regressão ou o progresso, tendo em vista o panorama de desigualdades exacerbadas pela pandemia da Covid-19, doença provocada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), os avanços dos conflitos e as consequências das alterações climáticas, como a fome, as inundações, os incêndios e as ondas de calor.

Para Guterres, a solidariedade global e o fortalecimento do multilateralismo, com a ONU em papel catalisador, são imperativos para assegurar a continuidade do desenvolvimento humano e a preservação ambiental. Ele argumenta que as ações interligadas em

resposta aos problemas globais oferecem a possibilidade de reconstrução de uma realidade mais equitativa e sustentável (Guterres, 2021).

Vale ressaltar que como a publicação da Nossa Agenda Comum (OCA), em 2021, coincidiu com o segundo ano da pandemia, Guterres acabou destacando uma série de ações estratégicas e coordenadas entre os caminhos propostos para um futuro mais promissor. O que, para ele, começaria com um plano de vacinação global contra a Covid-19, medidas urgentes para combater as crises climáticas e de biodiversidade, a renovação do contrato social entre governos e cidadãos e o combate firme contra a desinformação. Não ficaram de fora da preocupação da OCA a visão crítica da métrica do progresso econômico que, nas palavras de Guterres, tem negligenciado os custos humanos e ambientais (Guterres, 2021).

Esse contexto, na perspectiva de Guterres, demanda um multilateralismo mais efetivo que, de acordo com a Nossa Agenda Comum, seria alcançado por meio de 12 compromissos: 1. Não deixar ninguém para trás; 2. Proteger nosso planeta; 3. Promover a paz e prevenir conflitos; 4. Cumprir o direito internacional e garantir justiça; 5. Colocar mulheres e meninas no centro; 6. Construir confiança; 7. Melhorar a cooperação digital; 8. Aprimorar as Nações Unidas; 9. Garantir financiamento sustentável; 10. Impulsionar parcerias; 11. Ouvir e trabalhar com jovens; 12. Estarmos preparados.

Esses 12 compromissos, com suas respectivas propostas, foram definidos pela Declaração de 75 anos da ONU e estão alinhados e pensados para acelerar o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, como mostra a Figura 1 a seguir.

KEY PROPOSALS ACROSS THE 12 COMMITMENTS

From the declaration on the commemoration of the seventy-fifth anniversary of the United Nations

All proposed actions are in line with and designed to accelerate the achievement of the Sustainable Development Goals.

1. Leave no one behind

- Revised social contract anchored in human rights
- New era for universal social protection, including health care and basic income security, reaching the 4 billion unprotected
- Revitalize adequate housing, education and lifelong learning and decent work
- Digital industry
- World Social Summit in 2025
- Facility complementary resources to GDP

2. Protect our planet

- Leaders meeting ahead of the global stocktaking in 2023
- Commit to the 1.5-degree Celsius goal and net zero emissions by 2050 or earlier
- Declarations of climate emergency and rights to a healthy environment
- Package of support to developing countries
- Measures for adaptation and resilience
- No new coal after 2021 and phasing out fossil fuel subsidies
- Account for the environment in economic models, carbon pricing mechanisms and credible commitments by financial actors
- Post-2020 biodiversity framework
- Transforming food systems for sustainable nutrition and fairness
- Action by the General Assembly in territorial threats of climate change and to prevent, protect and resolve situations of environmental displacement

3. Promote peace and prevent conflicts

- New agenda for peace to:
- Reduce strategic risks (nuclear weapons, cyberwarfare, autonomous weapons)
- Strengthen international foresight
- Assign responses to all forms of violence
- Invest in prevention and peacebuilding, including Peacebuilding Fund and Peacebuilding Commission
- Support regional prevention
- Put women and girls at the centre of security policy

4. Abide by international law and ensure justice

- Human rights as a problem-solving mechanism by comprehensive anti-discrimination laws and promoting participation
- Application of human rights online and to frontier issues and new technologies
- Universal access to the Internet as a human right
- Human rights mechanisms on a more sustainable financial footing
- Legal identity for all to: sustain business and protection of citizens, refugees and migrants
- New vision for the rule of law
- Global road map for the development and effective implementation of international law

5. Place women and girls at the centre

- Repeal of gender-discrimination laws
- Promote gender parity, including through quotas and special measures
- Facilitate women's economic inclusion, including investment in the care economy and support for women entrepreneurs
- Include voices of migrant women
- Eradication of violence against women and girls, including through an empowered regional dialog

6. Build trust

- Global code of conduct that promotes integrity in public information
- Improve people's experience with public institutions and basic services
- Inclusive national training and "renewing the future" exercises
- Action to tackle corruption in line with the United Nations Convention against Corruption
- Reformed international tax system
- Joint structure on financial integrity and tackling illicit financial flows



7. Improve digital cooperation

- Global Digital Contract to:
- Connect all people to the Internet, including all schools
- Avoid Internet fragmentation
- Protect data
- Apply human rights online
- Improve accountability criteria for discrimination and misleading content
- Promote regulation of artificial intelligence
- Digital commons as a global public good

8. Upgrade the United Nations

- High-level Advisory Board led by former Heads of State and Government on improved governance of global public goods
- System-wide policy that puts people at the centre, taking into account age, gender and diversity
- More inclusive participation and consultation (including digital), building on the seventy-fifth anniversary declaration and Our Common Agenda
- Gender parity within the United Nations system by 2028
- Re-visit role of the Secretary-General's Scientific Advisory Board
- "Summit of change" for United Nations (U.N.) including innovation, data, integrity, foresight, results orientation and behavioural science

9. Ensure sustainable financing

- Summit between the Group of 20, the Economic and Social Council, the Secretary-General and the heads of international financial institutions for a sustainable, inclusive and resilient global economy including to:
- Support a Sustainable Development Goal investment boost, including through digitalisation and mid-level jobs to reach those furthest behind
- Provide more flexible research and development incentives
- Reduce weaknesses in the debt architecture

10. Boost partnerships

- Expand and deepen multilateral trading system, including a re-negotiated WTO
- New business models
- Improve the United Nations budget process
- Annual meetings between the United Nations and all heads of regional organizations
- Stronger engagement between the United Nations system, international financial institutions and regional development banks
- More systematic engagement with parliamentarians, subnational authorities and the private sector
- Civil society focal points in all United Nations entities
- United Nations Office for Partnerships to consolidate access and inclusion, including accessibility online

11. Listen to and work with youth

- Remove barriers to political participation and measure progress through a "youth in politics" index
- United Nations Youth Office
- Transforming Education Summit in 2022
- Recovery barometer to track career paths and labour market outcomes for youth
- High-ambition coalition to promote green and digital-economy job creation
- Future generations
- Summit of the Future in 2023
- Ensure long-term thinking, including through a United Nations Future Lab
- Represent succeeding generations, including through a re-negotiated Trusteeship Council, a Declaration on Future Generations, and a United Nations Social Equity for Future Generations
- Emergency "fast-lane" to be convened in response to complex global crises
- Strategic Foresight and Global Risk Report by the United Nations every five years
- Co-pledged public health
 - Global vaccination plan
 - Empowered WHO
 - Stronger global health security and preparedness
 - Accelerate product development and access to health technologies in low- and middle-income countries
 - Universal health coverage and addressing determinants of health

Figura 1: 12 compromissos e três momentos propostos
Fonte: Guterres, 2021, p. 6-7

Com o compromisso primeiro de “não deixar ninguém para trás”, a Nossa Agenda Comum propõe uma reflexão de longo prazo para preparar as gerações presentes e futuras para os desafios que virão. Segundo Guterres, isso seria sem perder de vista o propósito de fortalecer o sistema multilateral inclusivo e eficiente, com as Nações Unidas desempenhando um papel central e adaptável frente aos desafios globais (Guterres, 2021).

Importante registrar que o aniversário de 75 anos da ONU, em 2020, quase acabou ofuscado pela irrupção da pandemia e pela crescente divisão, fratura e desconfiança da sociedade global em relação à ONU e à governança global. Esse contexto deve ser considerado na leitura da Nossa Agenda Comum, definida por Guterres como um mapa para começar a reconstrução do mundo e a restauração da confiança mútua, levando-o a propor e anunciar a realização da Cúpula do Futuro (Summit of the Future, SOTF), programada para setembro de 2024.

A crítica à estrutura, operação e eficácia das Nações Unidas, que congrega a desconfiança na governança global e, conseqüentemente, no compromisso de não deixar ninguém para trás, remonta a outras décadas e períodos de turbulência e tem sido objeto de discussão de grandes referências da sociologia e da filosofia política, como Bauman e Galtung, como será abordado neste artigo.

Um recorte temporal mais recente, porém, faz-se necessário para garantir o diálogo entre a OCA e a Encíclica *Fratelli Tutti*, como proposto neste artigo. Assim, esse recorte não pode deixar de fora iniciativas como a Campanha UN2020, de 2017, que demonstrou a capacidade de convocar a sociedade civil global para defender uma ONU mais inclusiva, aberta e eficaz. Marcado pelo 75º aniversário da ONU, o ano de 2020 se destacou como um período de ativismo intenso e de esforços significativos para reforçar o sistema das Nações Unidas diante dos desafios globais (UN2020, 2020).

O movimento The UN We Need, com um plano global de ação, refletiu a urgência e a relevância de renovar a confiança nas estruturas multilaterais, sublinhando o caminho para a reforma da ONU como um processo que vem sendo construído ao longo dos anos, com contribuições de diversas partes interessadas em todo o mundo (UN2020, 2020).

O anúncio da Cúpula do Futuro (SOTF, na sigla em inglês), que na Figura 1 aparece como um dos três momentos para a articulação dos 12 compromissos da OCA, foi decisivo para a definição de condições para essa mudança. Organizações da sociedade civil, think tanks, academia e outros setores sociais têm desde então buscado formas de participar desse processo, evitando que a reconstrução do multilateralismo repita os erros do passado, como o silenciamento ou a não escuta de muitas vozes, como as do Sul Global. Destaca-se nessa direção o trabalho da Coalisção pela ONU (The Coalition for the UN, C4UN), iniciada com a campanha UN2020 (C4UN, 2020).

Ainda que António Guterres e o Papa Francisco não tenham estabelecido um diálogo direto entre a Nossa Agenda Comum e a Encíclica *Fratelli Tutti* (Todos Irmãos), de 2020, são visíveis as conexões entre os dois documentos, que conseguem apreender do contexto a urgência da discussão e proposição de soluções para a paz, a justiça social e o compromisso com os grupos em situação de maior vulnerabilidade. Enquanto a primeira examina e ob-

serva as ameaças ao futuro da humanidade na perspectiva da reforma das Nações Unidas, do multilateralismo e da governança global, a segunda o faz a partir de uma abordagem religiosa, embora o Papa Francisco tenha alcançado grande popularidade para além da Igreja.

Segundo dados do Pew Research Center, grande parte da população mundial se declara religiosa, com a predominância do cristianismo, praticado por 2,3 bilhões de pessoas, seguido pelo Islã, com 1,8 bilhão, respectivamente 31% e 24,1% da população mundial (Pew, 2015). Nesse mundo de maioria cristã, a fraternidade e a amizade social, que traduzem a essência da Encíclica, anunciam caminhos para impedir que as pessoas sejam deixadas para trás.

Na Encíclica *Fratelli Tutti*, o Papa Francisco contempla a intrínseca relação entre justiça e paz, rejeitando percepções reducionistas que as separam ou que veem a paz apenas como a inexistência de guerra – classificada por Galtung como paz negativa, como será discutido adiante. Ao evocar os ensinamentos de São Francisco de Assis, o pontífice destaca a solidariedade como resposta aos múltiplos desafios enfrentados pela humanidade, incluindo

Na abordagem sobre esfera política e econômica, Francisco sublinha na Encíclica o imperativo de que tais domínios devem estar a serviço das pessoas, criticando sistemas e estruturas que colocam lucros acima dos seres humanos. O apelo do pontífice à solidariedade global visa transcender fronteiras, incluindo todos em um esforço compartilhado para construir a paz e resolver conflitos.

desigualdade social e econômica, nacionalismo, xenofobia, e o que ele descreve como uma cultura do descarte que marginaliza os vulneráveis. Aqui, Francisco tece um paralelo com Nossa Agenda Comum, destacando a responsabilidade coletiva de promover a paz e justiça.

O diálogo, para Francisco, não é um instrumento ou uma ferramenta, mas o modo de ser que permeia a verdadeira amizade social. Por isso, o Papa convoca as sociedades globais para a adoção de uma cultura do encontro, na qual o diálogo sincero e respeitoso pode levar a uma maior compreensão mútua e ao compromisso com o bem comum. Por meio da parábola do Bom Samaritano, o Papa Francisco ilustra a importância de atos concretos de amor e solidariedade, rompendo com a indiferença e fomentando um envolvimento mais profundo nas ações de compaixão e justiça.

Na abordagem sobre esfera política e econômica, Francisco sublinha na Encíclica o imperativo de que tais domínios devem estar a serviço das pessoas, criticando sistemas e estruturas que colocam lucros acima dos seres humanos. O apelo do pontífice à solidariedade global visa transcender fronteiras, incluindo todos em um esforço compartilhado para construir a paz e resolver conflitos. O religioso não apenas condena a guerra e a corrida armamentista, como aponta que ambas são falsas soluções que perpetuam ciclos de violência.

Ao expandir a compreensão da noção de paz e justiça, o Papa Francisco demonstra como esses conceitos são intrínsecos um ao outro e fundamentais para o cumprimento dos princípios da Nossa Agenda Comum (OCA). O compromisso de não deixar ninguém para trás é uma chamada para a ação que ressoa também na encíclica, enfatizando a urgência de proteger e acolher aqueles em condições de maior vulnerabilidade. Ao vincular esses temas, Francisco amplia o escopo do discurso sobre paz e justiça, trazendo-os para o cerne das discussões sobre desenvolvimento humano integral e solidariedade global.

A paz que o Papa descreve é ativa, alcançada pela incansável busca pela justiça, por soluções que atendam às necessidades das pessoas em vulnerabilidade e pela construção de relações curativas. Essa visão de uma sociedade pacífica e inclusiva é um eco da aspiração global de Nossa Agenda Comum de desenvolver um multilateralismo mais efetivo e inclusivo, alinhado com os 12 compromissos estabelecidos pela Declaração dos 75 anos da ONU.

Ambos os documentos instigam um novo paradigma de governança, em que a cooperação e o diálogo substituem o antagonismo e o isolamento. De um lado, a *Fratelli Tutti* chama para a criação da cultura do encontro, sugerindo a rejeição à indiferença e defendendo a busca ativa da verdade e a reconciliação. Do outro, a OCA faz apelos semelhantes ao incentivar um multilateralismo renovado que possa efetivamente responder aos desafios contemporâneos e pôr fim ao sofrimento em larga escala. O anúncio da Cúpula do Futuro (Summit of the Future) é emblemático dessa intenção, proposto como um fórum para reimaginar e reengajar o compromisso global com a governança, reconhecendo e incluindo as vozes frequentemente marginalizadas, especialmente do Sul Global (Victor; Kostakos, 2023).

A convergência dessas duas perspectivas, uma secular e outra espiritual, ressalta a necessidade de uma abordagem integrada e inclusiva para enfrentar os desafios globais. A encíclica do Papa Francisco, ao propor um diálogo fundamentado na verdade, no amor e na solidariedade, oferece uma contribuição à visão de um multilateralismo rejuvenescido e mais humano, que é também o cerne da Nossa Agenda Comum. Juntas, essas visões compartilham uma missão de unir a humanidade em torno de um futuro mais sustentável, pacífico e justo, um futuro onde ninguém seja deixado para trás.

Ainda que não tenha usado a expressão “Não deixar ninguém para trás”, o Papa percorre na *Fratelli Tutti*, não muito diferente do que fez na Encíclica Verde, de 2015, caminhos e entendimento do mundo que se conectam com os da Agenda para a Humanidade, em especial ao lembrar da urgência da proteção e do acolhimento.

Não deixar ninguém para trás – lema ou compromisso com a humanidade e a paz?

No contexto das Nações Unidas, a expressão “Não deixar ninguém para trás” (LNOB, na sigla em inglês para Leave no One Behind) ganhou vulto ao sintetizar os propósitos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e seus 17 ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável), adotada por unanimidade pelos 193 Estados-membros da ONU, em setembro de 2015. A frase traz, portanto, a essência do compromisso inequívoco assumido por todos os membros da ONU de “erradicar a pobreza em todas as suas formas, acabar

com a discriminação e exclusão, e reduzir as desigualdades e vulnerabilidades que deixam pessoas para trás e minam o potencial dos indivíduos e da humanidade como um todo” (UNSDG, 2022, p. 5).

Nessa linha, a meta de não deixar ninguém para trás, abandonado, tenta transcender a mera retórica e penetrar profundamente na esfera do humanitarismo. Esse ideal elevado, contudo, confronta-se com uma realidade pragmática na qual as necessidades humanitárias são muito maiores do que os recursos e o acesso disponíveis aos atores humanitários. Diante dessas restrições, emerge o dilema crítico de escolher, muitas vezes, quem inevitavelmente será deixado para trás e sob que critérios essas escolhas serão feitas (Turunem, 2021).

Os deixados para trás carregam uma característica atribuída a eles, a de serem associados à vulnerabilidade. São mulheres, crianças, jovens, idosos, grupos étnicos e religiosos, pessoas com deficiência e sobreviventes das emergências e crises humanitárias.

Segundo a pesquisadora Salla Turunem, do Chr. Michelsen Institute (CMI), de fato, esse termo ou expressão ganhou visibilidade por estar no cerne dos 17 ODS, no entanto, argumenta a autora, é possível observar que há muito esforço em torno da ideia de Não Deixar Ninguém para Trás, quando, na sua avaliação, a grande questão, ou tensão, é Quem deixar para trás e com quais critérios? (Turunem, 2021).

A conceituação de LNOB implica tanto a identificação de sujeitos – os grupos específicos que correm o risco de serem deixados para trás – quanto a ação – o que está sendo feito para evitar que alguém seja negligenciado. Esse duplo enfoque, segundo Turunem (2021), é útil para compreender as políticas de vulnerabilidade e de empoderamento que guiam as decisões no campo humanitário. Para a pesquisadora, tratar de vulnerabilidade é falar de algo que supera a ideia de suscetibilidade ao dano, mas uma forma de referir-se a uma série de condições e atributos que refletem e reforçam relações de poder e desigualdade na sociedade (Turunem, 2021).

Lançado em 2016, data que coincidiu com os primeiros cinco anos da guerra na Síria, marcados pelo sofrimento humano em larga escala e pelo fluxo migratório acentuado, *Estranhos à Nossa Porta*, livro de Zygmunt Bauman, já alertava sobre quem seria deixado para trás, suas características, o contexto do abandono, incluindo o pânico moral, na acepção de Stanley Cohen. “Os refugiados das guerras, dos depotismos e da brutalidade de uma existência vazia e sem perspectivas têm batido à porta de outras pessoas desde o início dos tempos modernos” (Bauman, 2017 p. 13). Para o autor, o outro atrás da porta segue vendo e reconhecendo o sujeito que bate à sua porta como um estranho, alguém que lhe causará ansiedade, mal-estar e pânico moral pelo simples fato de ser diferente e não reconhecido como pares (Brauman, 2017).

O conceito de pânico moral, cunhado por Stanley Cohen, constitui um fenômeno social definido pela reação exagerada e preocupação pública intensa em relação a um grupo social ou comportamento específico que é percebido como uma ameaça à ordem social estabelecida (Cohen, 1987). Esse processo é frequentemente amplificado pela mídia, pelo jornalismo e pela opinião pública, que, por meio de um 'inventário' de estereótipos e imagens, exacerbam as características destes grupos, cristalizando-os como figuras desviantes e perigosas.

Nesse inventário, Cohen descreve como a mídia e a sociedade constroem narrativas estigmatizantes ao identificar e amplificar características específicas que passam a ser usadas para estigmatizar e estereotipar uma pessoa ou um grupo social (Cohen, 1987). Essas características podem ser visuais, como a vestimenta, comportamentos específicos, ou lugares frequentados, que são destacados e transformados em símbolos de ameaça ao *status quo*.

A teoria do desvio social de Cohen explica como a sociedade rotula e classifica indivíduos ou grupos como desviantes (Cohen, 1987), influenciando não só a interpretação de seus comportamentos, mas também o modo como são tratados. Essa rotulação tem implicações práticas severas, incluindo a possibilidade de respostas legais e de segurança desproporcionais contra determinados grupos, ainda que vistos como vulneráveis.

Os deixados para trás carregam uma característica atribuída a eles, a de serem associados à vulnerabilidade. São mulheres, crianças, jovens, idosos, grupos étnicos e religiosos, pessoas com deficiência e sobreviventes das emergências e crises humanitárias. Segundo Turunem (2021), a definição de quem é vulnerável varia conforme a perspectiva de quem observa e os fundamentos dessa observação.

Por outro lado, reflete Turunem (2021), empoderar aqueles que estão sendo deixados para trás refere-se ao processo de habilitá-los a serem agentes plenos e iguais, o que traz questões políticas urgentes, como quem tem a capacidade de empoderar e por que o faria? Quais intervenções são apropriadas para avançar essas causas e quem as realiza? Esse é o terreno da luta pelo poder e pela autonomia, com seus desdobramentos e reflexos que têm tensionado ainda mais as disputas e os conflitos.

Apesar de ser analiticamente útil manter as perspectivas de sujeito e ação separadas, existe uma sobreposição significativa entre elas. Ambas direcionam a atenção para locais geográficos e socioeconômicos onde os grupos marginalizados podem ser encontrados, e onde as ações políticas, operacionais e programáticas relacionadas podem ocorrer. No entanto, mesmo nos casos em que essas perspectivas possam ser diferenciadas, ambas ainda estão presentes, levando a um entendimento mais complexo das dinâmicas de poder subjacentes à questão de quem é deixado para trás e quem decide sobre isso (Turunem, 2021).

A implementação de LNOB na prática, portanto, enfrenta diversos desafios, alguns dos quais são causas subjacentes da vulnerabilidade em si, como isolamento periférico e desafios de acesso a direitos elementares, mas outros são intensificados pelo pânico moral, na sua maioria, fomentado pelo tipo de cobertura jornalística, como será discutido. Para Turunem (2021), 'ser deixado para trás' apresenta um desafio adicional àqueles que prestam ajuda humanitária, em que a luta pragmática para fornecer ajuda já começa com a definição imprecisa de quem precisa mais ou menos desse auxílio.

O questionamento da pesquisadora encontra eco nos próprios documentos da ONU, especialmente os do Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA, na sigla em inglês), que anualmente faz a projeção do número de pessoas que demandarão ajuda humanitária e os recursos necessários para atendê-las. O que mostram esses documentos, como o relatório GHO (Global Humanitarian Overview), é que a totalidade das pessoas em necessidade, de acordo com as projeções, não será atendida, fazendo com que a ONU e suas organizações parceiras acabem assistindo apenas uma população-alvo, considerada em situação de maior gravidade.

De acordo com o GHO 2022, elaborado em 2021 com projeções para 2022, sem contar com a projeção de outras agências, a quantidade de pessoas que demandariam ajuda humanitária foi estimada em 274 milhões, das quais 183 milhões foram consideradas o alvo, em decorrência da gravidade de suas necessidades, demandando 41 bilhões de dólares (UNOCHA, 2021). Quanto mais frequentes e intensos os conflitos, guerras e os desastres, associados ou não às mudanças climáticas, maior a população em necessidade que, na linha do debate proposto por Turunem (2021), parte dela será deixada para trás.

Os povos originários, com tradições indígenas diversas, foram reduzidos à categoria de “índio” e tiveram suas individualidades reduzidas e, em muitos casos, apagadas da existência.

Em 2018, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD ou UNDP, na sigla em inglês) publicou um documento intitulado *What does it Mean to Leave no One Behind?* (O que significa não deixar ninguém para trás?, tradução da autora), no qual apresenta uma discussão e um quadro de ações para a implementação desse compromisso.

O documento sugere que para compreender quem está sendo deixado para trás e por qual razão, é necessário avaliar cinco fatores-chave: discriminação; geografia; governança; situação socioeconômica; e fragilidades.

Em forma de perguntas, o documento avaliou cada um dos fatores. Quanto à discriminação, a questão-chave foi saber que preconceito, exclusão ou maus tratos a pessoa enfrenta de acordo com um ou mais aspectos de sua identidade, seja ela assumida ou atribuída àquela pessoa, como gênero, etnia, idade, classe, deficiência, orientação sexual, religião, nacionalidade, se indígena, e a condição migratória na qual se encontra (UNDP, 2018). Para o fator geografia, a questão se deu em torno de quem enfrenta isolamento, vulnerabilidade, falta ou precariedade de serviços públicos, transporte, internet ou outras lacunas de infraestrutura devido ao local de residência. No caso da governança, o questionamento central foi para saber onde as “pessoas enfrentam desvantagens devido a instituições globais, nacionais e/ou subnacionais ineficazes, injustas, irresponsáveis ou indiferentes” (UNDP, 2018, p. 4, tradução da autora). E a pergunta seguiu para entender quem é afetado por leis, políticas ou processos desiguais, inadequados ou injustos.

Para avaliar a situação socioeconômica, a pergunta visou entender as privações ou desvantagens em termos de renda, expectativa de vida e educação, as chances de se manter saudável, de competir no mercado de trabalho. Quanto aos choques e as fragilidades, o propósito foi identificar quem está mais exposto e/ou “vulnerável à violência, ao conflito, deslocamento, emergências de saúde, recessões econômicas, flutuações de preços ou outros choques” (UNDP, 2018, p. 4, tradução da autora), lembrando que o mesmo grupo mencionado no fator 1, discriminação, é o que enfrenta a situação de maior vulnerabilidade. Ainda segundo o documento, como os migrantes e as pessoas deslocadas precisam pedir abrigo, reconhecimento de sua identidade e de sua força laboral pelo país para onde se deslocaram, eles se veem diante do risco de discriminação. “Eles podem enfrentar discriminação ou marginalização devido à língua, religião, cultura ou etnia, deixando-os entre os mais vulneráveis e mais deixados para trás” (UNDP, 2018, p. 17).

Reflexões do jornalismo humanitário e de paz

O sofrimento humano, a face mais conhecida das tragédias humanitárias provocadas por guerras, conflitos, desastres, mudanças climáticas e por outras ameaças, é o principal indício de que indivíduos, grupos e povos foram deixados para trás. Se a natureza e os desdobramentos dos acontecimentos que infligem sofrimento e violações, por si só, já são evidências do abandono, é o testemunho dos sobreviventes de tragédias humanitárias que não deixa dúvidas do peso, dos impactos e das marcas de terem sido deixados para trás.

Ao testemunhar para o mundo o genocídio do seu povo, da etnia Yazidi, perpetrado pelo grupo terrorista Daesh¹, Nadia Murad imprimiu em seu livro *Que eu seja a última*, narrado em primeira pessoa, uma crítica contundente à decisão política de deixar um povo para trás. Como outras mulheres, inclusive de sua etnia, Murad, à época com 21 anos, foi tornada escrava sexual pelo Daesh. Em cada passagem do livro, a jovem Yazidy relata momentos em que tentava entender a omissão do mundo, nominalmente os Estados Unidos, a ONU e a mídia, diante do extermínio de quase todos os membros de sua família e de sua aldeia, Kocho, no Sinjar, Norte do Iraque, em 2014 (Victor, 2021).

Em um dos momentos em que tentou fugir do Daesh, ela lembra do choque que sentiu a perceber a convivência entre a brutalidade do grupo terrorista e o cenário aparentemente normal na cidade iraquiana de Mossul, já tomada pelos terroristas.

Passei por casas iluminadas por geradores e rodeadas de amplos jardins, forrados de arbustos com flores roxas e árvores altas. Era um bairro agradável com casas construídas para famílias grandes e ricas. Ao lusco-fusco, a maioria dos moradores estava dentro de casa, jantando e pondo os filhos na cama. Quando escureceu mais, porém, o pessoal foi saindo para se sentar na brisa e conversar com os vizinhos (Murad, 2019, p. 223).

1 A autora opta pelo acrônimo em árabe Daesh (Ad-Dawla al-Islamiyah fi al-Iraq) em substituição a ISI (Estado Islâmico do Iraque, na sigla em inglês) com o propósito de evitar associações entre terrorismo e o Islã, o que tende a fomentar a islamofobia.

À medida que Murad vai narrando a sua própria história de dor, provocada pelas atrocidades sofridas pelos Yazidis sob o jugo do Daesh, mais evidente fica a desproporcionalidade entre a gravidade do que ocorria e a visibilidade daqueles acontecimentos na mídia. Para ela, o espanto e a perplexidade de todos diante do que estava acontecendo no Iraque, como um todo, relegaram ao segundo plano o sofrimento dos Yazidis. Em um dos momentos, ela narra a fala do irmão Elias, que traduz de maneira clara o sentimento de abandono. “Eles estão trocando de primeiro-ministro em Bagdá, não têm tempo para pensar em nós” (Murad, 2019, p. 83).

A crítica de Murad à indiferença da mídia em relação ao cerco à sua aldeia e, mais tarde, ao extermínio do seu povo, resume um comportamento padrão de parte da imprensa

—

**Se o jornalismo
humanitário tem papel
reconhecido na cobertura
de todo o ciclo de vida
dessas violações, como
na observação de Victor
e Sanches (2020), suas
práticas não se limitam,
portanto, às emergências
humanitárias, mas
também às causas
subjacentes e às soluções
potenciais para elas.**

—

internacional na cobertura de crises humanitárias, quando algumas delas, por critérios ou decisões que precisam ser investigadas a fundo, são condenadas à invisibilidade midiática. Não se pode, porém, reduzir a adoção do jornalismo humanitário à cobertura de tragédias, emergências e crises humanitárias e do jornalismo de paz à pauta das guerras, dos conflitos e da violência generalizada. A prática do jornalismo humanitário e a do jornalismo de paz, em respeito aos pilares, aos alicerces de sua fundação e esforços de seus precursores, não podem ser vinculadas ao tema da cobertura.

Ainda que os acontecimentos sejam cobertos, outros desafios são impostos a essa cobertura. Nessa direção, Victor (2021) sugere uma atenção maior ao “como”, compreendido por ela como a conexão, ou mais enfaticamente, a condição que torna o jornalismo humanitário e o de paz indissociáveis, sobretudo quando o que está em pauta é sofrimento humano em larga escala. O “como” estaria, portanto, atento à justiça, materializada nos esforços de não deixar ninguém para trás, tão presente nos dois documentos abordados, Nossa Agenda Comum e a Encíclica *Fra-*

telli Tutti, e à paz positiva, definida por Galtung como aquela “baseada em reciprocidade, a qual se baseia em igualdade – igualdade de direitos e de dignidade (Galtung, 2006, p. 140).

Esse entendimento, como mencionado no início do artigo, levou esta autora a adotar a conjugação no singular para referir-se às duas práticas, jornalismo humanitário e jornalismo de paz. A conexão entre ambos tem elementos para fortalecer o compromisso com o “como” e pode trazer respostas e meios de inibir a ocorrência de uma combinação de fenômenos, reações e sentimentos, como o sofrimento distante, a fadiga da compaixão e o pânico moral, como será discutido.

Como o jornalismo humanitário e de paz, na proposta desta discussão, não está exclusivamente associado à pauta, mas atento à forma como ela será coberta, sua importância excede a cobertura de guerras e conflitos, desastres e mudanças climáticas ou outras tragédias humanitárias. Com isso, ele pode ser um dos caminhos para reduzir o risco de se deixar alguém para trás numa escala de acontecimentos cotidianos, como na violação de direitos humanos e civis das minorias, como negros, mulheres, idosos, pessoas com deficiência e indígenas. Se o jornalismo humanitário tem papel reconhecido na cobertura de todo o ciclo de vida dessas violações, como na observação de Victor e Sanches (2020), suas práticas não se limitam, portanto, às emergências humanitárias, mas também às causas subjacentes e às soluções potenciais para elas.

Não se tem neste artigo o propósito de alongar a discussão teórica no campo do jornalismo humanitário e no de paz, mas torna-se imprescindível um breve resgate das principais contribuições de seus precursores, visando, inclusive, alicerçar a proposta de tornar as duas práticas indissociáveis.

Martin Scott, Mel Bunce e Kate Wright (2018), pioneiros da área, traduzem o jornalismo humanitário como a união de boas práticas com os princípios do humanitarismo, levando o jornalista a assumir o seu compromisso com a ética humanitária. Scott (2017) sugere que o jornalismo humanitário tem mais relação com a percepção que os jornalistas têm do seu trabalho e do seu papel, do que ao conteúdo da cobertura, propriamente dito.

Em sua pesquisa mais recente, lançada em 2023, *Humanitarian Journalists – Covering Crises from a Boundary Zone*, o grupo formado por Scott, Wright e Bunce leva o foco da investigação para os jornalistas humanitários, que emergem como figuras centrais no cenário contemporâneo da mídia, particularmente pela sua atuação na chamada “zona de fronteira” ou “*boundary zone*”. Essa zona representa um espaço onde o jornalismo se encontra e interage com a ação humanitária, criando uma prática jornalística híbrida, que equilibra a “norma humanitária da equivalência moral – o princípio de que todas as vidas têm o mesmo valor – significa que eles continuam a cobrir crises humanitárias mesmo quando estas não correspondem aos valores noticiosos convencionais” (Scott; Wright; Bunce, 2023, p. 3, tradução da autora).

Segundo os três pesquisadores, os jornalistas humanitários não estão completamente inseridos nem no campo jornalístico tradicional nem no setor humanitário, mas operam nesse espaço liminar que permite práticas inovadoras e reportagens focadas em questões negligenciadas pela mídia dominante (Scott; Wright; Bunce, 2023).

Por meio de uma abordagem única, esses jornalistas desafiam as narrativas convencionais, amplificando a voz das comunidades afetadas e priorizando a equidade na cobertura de crises humanitárias. Para Scott, Wright e Bunce (2023), ao rejeitarem a dependência de fontes institucionais como a única maneira de relatar assuntos humanitários, eles trazem uma cobertura crítica e informada, necessária para uma época em que a necessidade humanitária está aumentando drasticamente em todo o mundo devido a desastres naturais, conflitos prolongados e pandemias globais.

Scott, Wright e Bunce (2023) sugerem que dentro desse espaço de oportunidade sub-regulado, os jornalistas humanitários passam a negociar suas identidades profissionais e

as expectativas depositadas sobre eles, muitas vezes enfrentando precariedade financeira e falta de reconhecimento. Apesar desses desafios, eles persistem em seu papel de “cães de guarda” do setor de ajuda humanitário, buscando apoiar respostas mais eficazes e baseadas nas necessidades às crises humanitárias. Eles não só adotam uma postura de reportagem mais investigativa e colaborativa, mas também apresentam um entendimento mais amplo dos princípios humanitários, almejando a produção de reportagens especializadas nessa temática (Scott; Wright; Bunce, 2023).

A partir desse estudo conduzido pelos pesquisadores britânicos, é possível identificar o DNA dos jornalistas humanitários e, a partir dele, investigar meios de inibir uma prática carregada de estigmas que resultem em distanciamento, fadiga e pânico moral. Antes dessa abordagem, porém, faz-se necessário recorrer ao conceito e aos preceitos do jornalismo de paz, concebido por Johan Galtung, na década de 1960, como uma prática que representa uma alternativa aos paradigmas da reportagem tradicional, centrada na guerra e seus binarismos de vencedores e perdedores (Galtung, 1998).

Galtung contrapõe essa abordagem belicista com um jornalismo que aspira a uma compreensão holística do conflito, focalizando não apenas nos aspectos destrutivos, mas também nas possibilidades de cura e prevenção. Ele insiste que o jornalismo de paz é alcançável por meio de um repertório ampliado de questionamentos que vão além do imediatismo dos eventos, perguntando “o que é o conflito?” e “quais seriam as soluções?”, desafiando, assim, os jornalistas a cultivarem uma narrativa mais rica e multidimensional que abarque paz, conflito, verdade, pessoas e soluções.

A proposta de Galtung de incentivar a polifonia no discurso midiático e ampliar a perspectiva das reportagens para incluir as causas e contextos dos conflitos foi ecoada e desenvolvida por outros estudiosos e praticantes do jornalismo de paz, como Dov Shinar, que argumenta a favor da necessidade de diversificar as vozes representadas na mídia (Shinar, 2009). A teoria de Galtung não escapou das críticas, especialmente no que diz respeito à aplicação prática de seus conceitos, que muitos consideram desafiadores frente aos padrões de objetividade e imparcialidade caros à comunidade jornalística ocidental. Entretanto, avanços empíricos propostos por Shinar e o suporte de trabalhos posteriores por Steven Youngblood, Jake Lynch e Annabel McGoldrick têm reiterado e refinado a prática do jornalismo de paz, ressaltando a importância de um jornalismo que se engaje de maneira construtiva e transformadora, tanto durante os conflitos, quanto ao longo de suas consequências (Lynch; McGoldrick, 2014; Youngblood, 2017).

Com essa abordagem do jornalismo humanitário e do de paz, busca-se uma reflexão acerca da urgência de se evitar que a cobertura jornalística do sofrimento humano provoque apenas compaixão e piedade, na acepção de Hannah Arendt (1988), um traço que Boltanski identifica nas pautas sobre o sofrimento distante; a fadiga da compaixão, na interpretação de Susan Moeller, e o pânico moral, como observado nos achados de Stanley Cohen.

A conexão entre o sofrimento distante e a ação humanitária é uma relação complexa que Luc Boltanski explora ao questionar como as imagens e narrativas de dor que chegam às audiências dos meios de comunicação influenciam suas capacidades de compaixão e

ação moral. Em sua obra *Distant Suffering* (1999), Boltanski investiga o paradoxo da inação diante do sofrimento dos outros, apesar do aumento da visibilidade desse sofrimento na era moderna.

Boltanski (1999) propõe que enquanto a exposição aos padecimentos distantes pode inicialmente gerar um impulso para ajudar, a persistência e a repetição dessas imagens podem eventualmente conduzir à indiferença ou à incapacidade de responder de maneira significativa. Nessa linha, é possível observar que a persistência e a repetição podem levar a audiência à exaustão, não decorrente apenas da exposição dos acontecimentos em si, mas sobretudo das fórmulas padronizadas de cobertura, da mídia local às agências internacionais de notícias (Victor; Alzoubi, 2022; Victor; Sanches; Delfim, 2021; Victor, 2019).

Ao transportar os estudos da fadiga da compaixão da oncologia para o jornalismo, Susan Moeller (1999) sugere que a superexposição a notícias de tragédias acaba por saturar o espectador, minando a empatia e diminuindo o ímpeto de engajamento para além da experiência imediata da reportagem. Já os estudos de Stanley Cohen sobre o pânico moral, como vimos anteriormente, oferecem um contraponto à fadiga da compaixão, sugerindo que a mídia não apenas gera apatia com a repetição, mas também pode incitar reações exageradas de medo e indignação moral diante de certos eventos ou grupos sociais.

As pesquisas futuras sobre o jornalismo humanitário e de paz, portanto, já devem superar a discussão em torno da invisibilidade midiática e buscar meios de investigar e encontrar possíveis meios para gerenciar os riscos que pairam sobre a cobertura midiática do sofrimento humano. Quanto mais pesquisas desenvolvidas no âmbito do jornalismo humanitário e de paz, atentas à interconexão entre justiça e paz, mais chances temos de evitar que o jornalismo deixe pessoas, grupos ou povos para trás, seja na escala cotidiana da violação de direitos e acessos, seja na escala das crises e emergências humanitárias.

Considerações

Em um mundo com quase um terço da população declaradamente cristã, a encíclica *Fratelli Tutti* tem certa vantagem em relação à Nossa Agenda Comum. O público da primeira, em detrimento da segunda, contando apenas com os cristãos, é infinitamente maior e mais exposto às mensagens sobre fraternidade e solidariedade social – a rota para se caminhar em busca de meios para a prevenção e o fim dos conflitos e para impedir que alguém seja deixado para trás.

O compromisso de não deixar ninguém para trás ainda encontra fragilidades na sua aplicabilidade, com base na perspectiva da governança global, representada pela Nossa Agenda Comum, e na abordagem cristã da compaixão, presente na *Fratelli Tutti*. Os desafios que atrasam ou inibem as ações contra o abandono de pessoas, grupos e povos vítimas de tragédias humanitárias também impactam no jornalismo tradicional, que acaba se afastando do seu compromisso de guardião dos direitos humanos e civis.

Se de um lado, como vimos, a reação diante do sofrimento distante não consegue resultar em intervenções práticas na realidade de sofrimento vivido por alguns grupos, a fadiga

da compaixão enfraquece a resposta humanitária por meio da dessensibilização provocada, em parte, pela exaustão da exposição midiática àquele sofrimento do outro. Na mesma direção, o pânico moral pode distorcer a percepção pública e as políticas de resposta, criando um ciclo vicioso de reação e marginalização daqueles que foram deixados para trás.

Sofrimento distante, fadiga da compaixão e pânico moral acabam por resultar em uma tríade, uma espécie de combinação de fenômenos, pensamentos e sentimentos que pode determinar o sentido, o significado e os impactos desse tipo de cobertura sobre as audiências que, por sua vez, podem responder com apatia, mas também com ação materializada na pressão sobre aqueles que, pela escolha política que fizeram, têm o dever de não deixar ninguém para trás.

Os estudos no campo do jornalismo humanitário e de paz, sem dúvida, devem potencializar a busca de caminhos que não apenas inibam a invisibilidade do sofrimento humano em larga escala, mas que sejam capazes de reposicionar o jornalismo, tornando-o mais coerente com a urgência da paz e da justiça, no nível local, regional e mundial.

Referências bibliográficas

ARENDDT, Hannah. **Da revolução**. São Paulo: Ática, 1988.

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BOLTANSKI, Luc. **Distant suffering**. Morality, media and politics. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

C4UN – Coalition for the UN We Need. Strategic Plan 2021-2023. C4UN, 16 December 2020. Disponível em: <https://c4unwn.org/wp-content/uploads/2020/12/Draft-Strategic-Plan-Coalition-For-The-UN-We-Need.pdf>

CELLARD, Andre. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008 (Coleção Sociologia).

COHEN, Stanley. **Folk Devils and Moral Panics: The creation of the mods and the rockers**. Oxford: Basil Blackwell, 1987.

GALTUNG, J. Peace Journalism: What, Why, Who, How, When, Where, paperpresented at the workshop ‘What are Journalists for?’, **Transcend**, Taplow Court, UK, 3–6 September. 1998.

GUTERRES, António. **Our Common Agenda** – Report of the Secretary-General. United Nations. New York, NY. 2021.

LYNCH, J.; MCGOLDRICK, A. **Peace Journalism**. Gloucestershire/UK: Hawthorn Press, 2014.

MOELLER, S. **Compassion Fatigue: how the media sell disease, famine, war and death**. New York: Routledge, 1999.

MURAD, Nadia. **Que eu seja a última** – minha história de cárcere e luta contra o Estado Islâmico. Barueri, SP: Novo Século Editora, 2019.

PEW RESEARCH CENTER. **Christians are the largest religious group in 2015**. Washington, Pew Research Center, 2015. Disponível em: https://www.pewresearch.org/short-reads/2017/04/05/christians-remain-worlds-largest-religious-group-but-they-are-declining-in-europe/ft_17-04-05_projectionsupdate_globalpop640px/

SHINAR, D. Peace journalism: the state of the art. In: SHINAR, D; KEMPF, W. (eds.) **Peace journalism: the state of the art**. Berlin: Regener (forthcoming), 2009.

SCOTT, M; BUNCE, M; WRIGHT, K. 2018. **The state of Humanitarian Journalism**. Norwich, England: University of East Anglia. Disponível em: http://humanitarian-journalism.net/wpcontent/uploads/2018/10/7_Humanitarian-News-Report.pdf

SCOTT, M. What makes news humanitarian? The dilemmas of reporting on suffering. In: **Public Media Alliance**. Maio de 2017. Disponível em: <https://www.publicmediaalliance.org/what-makes-news-humanitarian/>

SCOTT, Martin; WRIGHT, Kate; BUNCE, Mel. **Humanitarian Journalists – Covering Crises from a Boundary Zone**. New York: Routledge, 2023. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/23743670.2024.2320486?src=exp-la>

UN2020 – **Civil Society Partnerships for the UN We Need**. UN75 People’s Declaration & Plan for Global Action. Humanity at a Crossroads: Global Solution for Global Challenges. UN75 People’s Forum for the UN We Need, 14-15 May, 2020. Disponível em: <https://secureservercdn.net/198.71.233.184/b06.41d.myftpupload.com/wp-content/uploads/2020/05/Final-Peoples-Declaration-and-Plan-of-Global-Action-1.pdf?time=1589376036>

TURUNEN, Salla. **Conceptualizing Leave no one Behind**. Norway, CMI – Chr. Michelsen Institute, 2021. Disponível em: <https://www.cmi.no/publications/7881-conceptualizing-leave-no-one-behind>

UNDP – UN Develop Program. **What does it mean to leave no one behind?** A UNDP discussion paper and framework for implementation. UNDP, July, 2018. Disponível em: file:///Users/cilene/Downloads/Discussion_Paper_LNOB_EN_lres.pdf

UNSDG – UN Sustainable Development Group. **Operationalizing Leaving no One Behind**. Good practice note for UN country teams. 2022. Disponível em: <https://unsdg.un.org/sites/default/files/2022-04/Operationalizing%20LNOB%20-%20final%20with%20Annexes%20090422.pdf>

VICTOR, Cilene. A mídia diante da transgressão moral: de que tamanho deve ser a dor? **Sociotramas**, PUC-SP, 2021. Disponível em: <https://sociotramas.wordpress.com/2021/05/17/a-midia-diante-da-transgressao-moral-de-que-tamanho-deve-ser-a-dor/>

VICTOR, Cilene; SANCHES, Lilian; DELFIM, Rodrigo Borges Deslocamentos forçados no Oriente Médio e o ciclo de vida do refúgio na Turquia e Líbano - da cobertura factual ao jorna-

lismo humanitário. REMHU: **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 29, n. 63, p. 43-64, Setembro-Dezembro, 2021.

VICTOR, C.; SANCHES, L. Crise humanitária e os deslocamentos internos por conflitos e desastres sob as lentes do jornalismo humanitário e de paz. **Prometeus Journal of Philosophy**. n. 34, set.dec, 2020.

VICTOR, Cilene; ALZOUBI, Ahmad. A Palestina como pauta na imprensa latino-americana – das agências de notícias à prática do jornalismo humanitário e de paz. XVI Congresso La Comunicación como Bien Publico Global. **Anais [...]** Buenos Aires, 2022. Disponível em: <https://alaic.org/pt/congresos/congreso-alaic-2022/>

VICTOR, Cilene; KOSTAKOS, Georgios. **Global South Perspectives on Global Governance Reform**. A report on the Global South Perspectives Network. FOGGS. Belgium: Brussels. September, 2023. Disponível em: https://www.foggs.org/wp-content/uploads/2023/09/FOGGS-and-HumanizaCom_Global-South-Perspectives-Report_September-2023.pdf

YOUNGBLOOD, S. **Peace Journalism**. Principles and practices. Responsibly reporting conflicts, reconciliation, and solutions. New York: Routledge, 2017.

 Data do recebimento: 30/10/2023

Data do aceite: 15/02/2024

Dados da autora:

Cilene Victor

Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, ambos da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), onde é líder do grupo de pesquisa Jornalismo Humanitário e Media Interventions (HumanizaCom). Professora da FGV LAW.